

A solução terá de ser acima de tudo política

ALBERTO TAMER

A refundação da Nação brasileira passa por nova espécie de abolição, a eleição direta para a Presidência da República, mas seria ingênuo imaginar que basta isso para que se solucionem os problemas básicos do País. Ao contrário, é preciso desde já começar a resolvê-los para que da eleição resulte a esperança e não a frustração de promessas não cumpridas. Para isso, urge negociar imediatamente a transição, com o restabelecimento da confiança nos líderes e da legitimidade das autoridades.

Qual o programa proposto pelo senador Fernando Henrique Cardoso, professor universitário e presidente do PMDB de São Paulo? A agenda para o futuro imediato — não o remoto — deve partir do combate à inflação em novas bases, atacando-se os desmandos governamentais, principalmente os que resultam do afã de sustentar a especulação financeira do setor privado. Na área sindical, nova lei que assegure a autonomia das organizações trabalhistas, direito de greve e responsabilidade social das categorias profissionais.

Em parte, a posição de Fernando Henrique Cardoso coincide com a de Mário Henrique Simonsen: deve retornar ao Congresso a prerrogativa de controlar os orçamentos monetário e do setor público, pois a população que paga impostos tem direito de saber e de fiscalizar o seu destino. Ainda na área econômica, iniciar uma reforma fiscal e tributária que reduza as desigualdades entre regiões, União, Estados e municípios, ponto de partida para o restabelecimento de bases aceitáveis de convivência social; combate incessante e severo — sem tergiversações — à corrupção administrativa e privada; e aceleração da distribuição dos títulos de propriedade fundiária para encaminhar a solução da dramática situação dos posseiros pobres.

Na área política, prega o presidente do PMDB paulista uma nova lei de partidos que assegure a liberdade de organização, maior flexibilidade nas opções partidárias e, ao mesmo tempo, limite o peso das oligarquias internas. E cita um exemplo: obrigatoriedade de eleições primárias para a escolha dos candidatos.

JOVENS E MILITARES

“O Brasil precisa ter coragem de abrir-se para os jovens. Não seria possível uma refundação das bases da convivência nacional obrigando-se o eleitorado a escolher entre os homens carcomidos do regime. Jovens não em idade, embora também esta conte, mas em idéias e práticas. Outra grande questão constitucional são as Forças Armadas. O novo governo civil e os partidos precisam dialogar com elas, definir funções essenciais na modernização da nossa



Arquivo

Cardoso quer reforma fiscal

defesa, na capacidade que elas devem ter para permitir que o Brasil desempenhe seu papel no mundo contemporâneo que, por sorte, ainda é de paz — mas paz armada.”

Impõe-se a esta altura da crise uma espécie de nova fundação das bases nacionais de convivência política que não pode limitar-se apenas a uma nova Constituição. É preciso traçar uma estratégia de transição democrática baseada em três grandes temas nacionais:

1 — A aguda consciência de que não se obterá uma democracia estável sem diminuir drasticamente as desigualdades entre pessoas, regiões, União, Estado e Município.

2 — A criação de um clima menos corporativo na luta por essas idéias.



Arquivo

Marcílio mostra paradoxo

Não se trata de diminuir a capacidade de cada corporação sindical para obter vantagens, patronal ou operária, e sim de uma política que dê liberdade de pressão mas que subordine as vantagens conseguidas ao compromisso básico de eliminar a pobreza absoluta.

3 — Realismo quanto ao tipo de transição historicamente possível. A mola da acumulação está na empresa privada e pública. Seria estúpido matá-las por meio de medidas demagógicas. É urgente que elas sejam admitidas como geradoras da riqueza nacional, mas ambas devem sujeitar-se ao controle não estatal, e sim público.

SOLUÇÃO É POLÍTICA

Para o economista e sociólogo Marcílio Moreira, o Brasil passa por uma das mais graves crises de sua história, a qual, embora com forte componente econômico, somente poderá ser equacionada por uma decisão de caráter político. Trata-se de alocar a cada setor da sociedade a parcela de sacrifício imposto a todo o País, assim como os benefícios futuros. E esta é uma tarefa eminentemente política a demandar alto grau de mobilização e de respaldo público para decisões que, embora indispensáveis, terão ao menos a curto prazo efeitos amargos. Embora não exista determinismo mecanicista entre as esferas econômica e política, a atuação de ambas tem que ocorrer de forma eficiente e flexível. É por isso que, seja qual for o método de escolha do futuro presidente, ele terá de haurir sua autoridade numa sólida legitimidade.

“E por legitimidade não entendo apenas a legalidade da origem da escolha, mas sobretudo a capacidade do líder assim escolhido de captar de maneira espontânea o respeito, a credibilidade, a confiança. Estes são instrumentos indispensáveis para que possa levar adiante a obra de reconstrução econômica e reinstitucionalização política, ao mesmo tempo em que se comece a equacionar o escândalo moral e a bomba de retardamento político representado pela crise social subjacente que já começa a aflorar em episódios dolorosos.”

Marcílio Moreira acha paradoxal o que está acontecendo atualmente: antes mesmo de haver uma grande agenda nacional do Brasil após crise, antes de um consenso sobre o que fazer, discute-se já quem vai fazê-lo.

“Antes mesmo de haver clareza quanto à escolha do melhor candidato para um Brasil melhor, debate-se o candidato melhor aparelhado para aliciar votos em um colégio supostamente eleitoral. É indispensável que 1984 não seja um ano desperdiçado politicamente num jogo de soma zero entre presidenciáveis, alguns sem condições mínimas para empolgar o País na tarefa de dimensões gigantescas de resgatar o futuro.”